



III Reunião do Conselho Interlocutor

24, 25 e 26 de fevereiro de 2005

Relatoria: Deuzani Candido Noletto

Dia 24:

A. Introdução

Informes (Luigi) – Assuntos tratados na reunião do dia 24/02 GT Relações Internacionais:

- 1) Balanço do FSM
- 2) Discussão sobre Franca/Brasil
- 3) Discussão e reorganização da pauta - pauta envolve sociedade civil organizada e governo, agenda acertada com a SENAES

B. Análise DE CONJUNTURA:

Marcos Arruda - PACS: O Governo está ajudando a Economia Solidária, mas existem fatores negativos como a busca de trabalho e sobrevivência fora do mercado de trabalho. Temos visto o governo Lula com postura de dar força e visibilidade para a Economia Solidária, ajuda que ela seja conhecida e que tenha avanços. Mas os ministérios e o PT têm visão estreita e compensatória da Economia Solidária. É um problema e um desafio para nós. A Economia Solidária é apenas uma maneira de compensar a economia oficial, dos bancos, do capital internacional que está invadindo o Brasil e o desemprego. A Responsabilidade de cumprir este papel, mas acenar com outro horizonte. A Economia Solidária vai além do capitalismo, pós-capitalismo, nega e supera o capitalismo, temos que mostrar na prática nosso trabalho inclui mostra ao governo e ao resto da sociedade. A Economia Solidária tem um potencial além de política compensatória. A visão compensatória resulta do divórcio entre o econômico e o social. O governo não muda esta concepção, mantém o que foi expresso pelo governo Médici, “a economia vai muito bem o povo é que vai mal”. Isto é não perceber que a condição de vida do povo é o resultado da economia, superar este divórcio. O Brasil saiu do neo liberalismo para o social liberalismo com pitadas de políticas sociais. Olhar o orçamento público. O orçamento da união: 47,5% dívida externa, 15% juros, educação 2,42% do total de gastos em 2004. O Brasil é um dos países do mundo com menos inovação tecnológica, orçamento do saneamento foi aproximadamente zero, 4,2% do que foi previsto para o saneamento. Uma coisa é o orçamento previsto, outra coisa é o executado, o restante foi deslocado para pagar dividas financeiras, sacrificando a dívida social e ambiental. Esforço que se espalha pelo mundo, que na verdade os povos são credores e não devedores. Lucros dos bancos são os maiores da historia do Brasil, Itaú 3,8 bilhões de reais de lucro, Bradesco, 3,6 bilhões.

Importante perceber os seguintes pontos:

- 1) Dívida da união, dos estados e municípios;
- 2) O estado não investe, os principais ganhadores são grandes bancos, principais perdedores sociedade civil, os setores do mundo do trabalho;
- 3) Com relação a Alca e acordos de livre comércio por mais que o Presidente Lula tenha acenado com área de cooperação e união, no fundo está amarrado com acordos de livre comércio, vão recomeçar as reuniões e negociações da Alca;
- 4) A globalização do consumismo neoliberal, a grande razão de ser da atividade econômica é consumir, que gera produção ilimitada e lucros ilimitados. A multiplicação das guerras cujo objetivo é controle de recursos produtivos e naturais. A economia de guerra e ocupação militar, no entroncamento Brasil Paraguai e Argentina ocupado por exercícios de tropas Americanas, Argentinas, Brasileiras e Paraguaias. O desafio da Economia Solidária é lançar o consumo ético e solidário;

- 5) A Economia Solidária tem que se apresentar como emancipadora do trabalho humano, não interessa só gerar trabalho, mas trabalho emancipado, o que obriga a Economia Solidária a ser um educador. A agenda de economistas solidários deve ser desenvolvimento da comunidade e do povo de forma auto-gestionária;
- 6) Temos o conflito da pressa, temos um governo que apóia e só tem um ano e dez meses pela frente, construir para a Economia Solidária ter espaço na política nacional daí ter pressa de criar o Conselho Nacional, por outro lado a dificuldade do movimento de construir participando. Para debater um tema complexo precisamos de tempo, marcar data próxima, antes do fim do primeiro semestre, para criar o Conselho Nacional de maneira mais participativa possível.

Professor Paul Singer - Senaes: O Marcos mostrou a forma estrutural que o governo Lula está atuando. Temos constrangimentos de ordem política, este não é um governo de esquerda, se olharem a base parlamentar, verão que é de centro para direita, isso ficou evidente na eleição do presidente da câmara. O governo dentro desta limitação está fazendo um amplo programa de distribuição de renda, o bolsa família é em média três vezes o que era recebido somando as várias bolsas do governo passado. Está cumprindo uma meta, deve chegar a nove milhões neste ano de 2005 e 11 ou 12 milhões no final do ano. O gasto social deste governo já está chegando perto do gasto financeiro. Estamos assistindo um forte combate ao que este governo tem de bom, hoje tem pressão enorme contra o aumento de impostos, só que se não tiver imposto não é possível fazer os programas sociais e a mobilização. Temos o início de uma ofensiva de direita contra o gasto social do governo, mobilizam indústria, agricultura, comércio, bancos, propõem reduzir a carga tributária e os gastos de governo, onde o governo vai cortar? Se esta ofensiva tiver resultado, como fazer saneamento, programas sociais? Os saneamentos na realidade deram uma grande deslançada, via CEF, FGTS. Essa ofensiva conservadora e de direita teve uma enorme vitória com a eleição do Severino que é conservador. A morte da freira Dorothy e a vitória parlamentar na câmara fazem parte de uma ofensiva geral, passando por assassinatos direto de camponeses, o governo está reagindo. No Pará há uma reação importante, desapropriação da área em que a irmã Dorothy estava com projeto de desenvolvimento para várias famílias serem assentadas. O Presidente da Câmara Severino não vai deixar aprovar a emenda para destinar as terras escravocratas para a reforma agrária. A luta social da Economia Solidária, sindicatos, MST, quilombolas, indígenas sofreu perda de espaço político. A CUT tem ido à ofensiva, está com programa alternativo de política econômica, propondo abrir o conselho monetário nacional à participação da sociedade, proposta que defendo há 11 anos, para que a política econômica não seja definida no Banco Central, para a sociedade ter vez e voz. Tem a campanha do pleno emprego, liderada pelo vice-presidente, composta por 170 parlamentares. Não vamos parar essa luta, o Marcos ressaltou o aspecto internacional muito bem, retomar a mobilização de massas, de formadores de opinião pública e jornalistas, para não perder espaço com esta ofensiva, para não fazer regredir o que há de melhor no governo Lula.

B.1. Debate sobre a Análise de Conjuntura

Lenivaldo (PE) - Uma questão que está colocada é que a cada ano a grande imprensa diz que o Brasil bate recorde na arrecadação de impostos, mas o cidadão não vê melhorias nos serviços.

A campanha contra os impostos é complicada, vem dos grandes empresários. Aumentou o espaço dos movimentos, o PT esta aquém. Termina o governo e a SUDENE não vai ser resolvida. Na questão da transposição do São Francisco com relação à preservação da água para reabastecer as populações, o governo federal está intervindo e o movimento está colocando por outros caminhos.

Luigi (Anteag) - Na análise do Fórum Social Mundial tem um elemento interessante que é o ponto crítico do FSM, entre ser uma vitrine de diversas opiniões e propor coisas concretas interessantes, mas é uma pulverização de diversidades. Nós da Economia Solidária estamos preocupados que o FSM também poderia ter não só um texto de sistematização, mas uma forma mais organizacional, o FSM está em crise. Após a análise do Paul Singer que diz estarmos sofrendo investidas da direita, temos uma missão especial em organizar esta ofensiva, mas estamos mal das pernas, da raiz. A CUT perdeu muito de suas raízes, a CUT em 1983 tinha as regionais. O PT tinha seus alicerces que faziam mobilizações. Porque acontece isto? Devemos entender a raiz desta lógica. Amanhã a Economia Solidária pode fazer o mesmo percurso. Está na hora de fazermos uma análise desta trajetória, para a Economia Solidária não se afastar das bases.

Romeu (Rede de Gestores) - Sempre que este país se moveu para o centro esquerda foi para a classe média, se não reconquistarmos a classe média nosso projeto de eleição em 2006 ficará difícil. Houve amadorismo da frente parlamentar, houve uma incompetência no processo de eleição para presidência da câmara, nunca dantes visto. O Severino não tinha forte presença nem em Pernambuco, por falta de consenso dentro do PT ele foi eleito. Temos que levar esta mensagem para nossos estados, para os deputados federais. Não pensem que 2006 vai ser PT puro.

Crispim (PA) - Acho que Severino não é desqualificado, senão não estaria onde está. É um erro nosso desqualificar o inimigo, o professor colocou quem Severino representa, que é um grupo para derrubar todas as políticas públicas do governo, representa o que existe de pior. Vamos buscar a organicidade do movimento, eles já se recompuseram, nós não fizemos a análise da perda das prefeituras, e o trem chegou no Congresso. Os líderes do governo também têm que ser repensados. O movimento ainda tem condições de dar um salto de qualidade. A Economia Solidária é um mote para esta discussão. Qual o papel que vai ter a Conferência da Economia Solidária como reaglutinadora do movimento? Devemos parar de fazer crítica aos outros e ver o nosso processo que está ruim, vamos perder o governo se o PT continuar como está. O Lula para as massas ainda é bom.

Ademar (Cáritas Brasileira) - O que interessa não é a eleição da pessoa do Lula, mas a manutenção de uma política. Qual a nossa capacidade de interferir sem perder. Sobre o imposto toda a pobreza vai estar contra, aumentar imposto é para o capital. A Economia Solidária insiste com tratamento diferenciado para sair da sobrevivência, precisa mudar o modo como trata a questão do imposto, devemos nos colocar como atores. O combate à fome envolve todos pelo país, a primeira proposta seria ver como a Senaes poderia intervir nesta questão. Perdemos o primeiro ano porque foi dado pelos capitalistas e empresários, este ano qual a nossa proposta para combater a fome, como nós do movimento e da Senaes vamos tratar este assunto? O GT de Finanças Solidárias tem debatido, deve transformar em política. O professor Paul Singer está sendo chamado para ser coordenador do micro-crédito, qual a nossa proposta? A Senaes avançou com o GT 8 no item sobre benefícios para favorecer associativismo. A mamona está sendo plantada no Piauí como base para combustível alternativo, todos nós aprovamos, hoje a sua plantação expulsa as abelhas da Rede Abelha que é da Economia Solidária.

Benedito (Rede de Incubadoras) - Neste momento é impossível haver emprego formal para a população economicamente ativa. A grande alternativa talvez seja a Economia Solidária nas suas mais variadas formas, somos o viés para contrabalançar rumo ao desenvolvimento diferenciado. Este governo provocou um ambiente de rearticulação das forças, que se articularão em torno do Severino, neste espaço é preciso que as forças possam entrar num embate. Como a Economia Solidária está se inserindo neste processo? No PT isto está cada vez mais claro, as máscaras estão caindo. Como atuar enquanto movimento? Na Economia Solidária é o momento da Senaes chamar a possibilidade de articulação dentro do governo. No I ENEES tinha 18 ministérios e não estamos com uma política mais sólida. Trazer para a tona discussões do I ENEES. Estamos com uma plataforma para formar o Conselho Nacional, esta discussão passa pela formalização do conselho.

Paulo (MG) – É importante o FBES avançar para dentro dos estados, temos dificuldade de comunicação. Viemos aqui, mas a discussão não chega nas bases, senão vamos formar um movimento de cúpula.

Domingos (DF) – O movimento social tem que ver onde está sua força. A Economia Solidária ainda esta débil no conjuntural, o fator político precisa avançar. Na Economia Solidária os empreendimentos têm informações limitadas. Atentar para a organização do movimento em patamares diferenciados. As forças deveriam se compor mais, ha uma grande dificuldade nisso. Temos grandes questões a serem encaminhadas, por exemplo, marco jurídico, Conselho Nacional. Temos que somar forças para caminhar no conjunto da sociedade, senão fica difícil.

Eunice (ADS/CUT) - O movimento da Economia Solidária precisa refletir sobre os seguintes pontos:

- 1) Campo democrático popular - não conseguimos resolver o conflito com os nossos governos, sempre vivemos conflitos entre o que esperamos e o que o governo implementa. Estes conflitos nem tanto governistas e nem tanto oposicionistas é que deveriam nortear a nossa ação. Estamos num processo de vinte anos que culminou na eleição do governo federal, é um espaço que conquistamos. Neste espaço, qual o nosso papel? Temos críticas ao governo em suas ações e não sabemos como nos posicionar. Como nos colocar na Economia Solidária para que ela se fortaleça no governo. Várias ações de governo como a reforma tributária e sindical é insuficiente para o que nós queremos, então temos que retomar a nossa pauta, além da crítica. O que queremos para política pública da Economia Solidária? A Economia Solidária não nasce do Conselho Nacional, de cima para baixo, política pública nasce da mobilização social.
- 2) Falta unidade de ação para que outros atores sociais estejam junto conosco, nossa organização é frágil, nossa mobilização depende da Senaes, devemos buscar partidos políticos centrais e movimentos para a nossa mobilização. Nossa luta não é só nossa, conquistamos vários espaços de mobilização, mas para mudar o rumo do país é insuficiente.

Romeu (Rede de Gestores) - O movimento social da Economia Solidária é questão fundamental para fortalecer o nosso movimento, para disputar o espaço do estado que está em disputa. A Economia Solidária é um projeto de desenvolvimento alternativo, o governo federal não está inserido nesta idéia. Fortalecer o movimento social da Economia Solidária para inserir melhor daqui pra frente, para disputar projeto de estado. É urgente integrar os atores que constroem, nos diversos segmentos do governo para dar sentido às demandas do FBES. Porque este governo apóia mais do que FHC as empresas autogestionarias?

Paul Singer Senaes – O debate está rico e interessante. Este governo esta com a mão direita elevando os juros para empresas, abaixando os juros para os pobres. A bancarizacao é acesso a crédito (4 a 5 milhões de contas abertas juros a 2 por cento ao mês). Vai por em pratica programa nacional de micro crédito de forma concreta dentro do espírito da Economia Solidária de aliviar a pobreza. No caso do Brasil MTE, não por acaso, onde estamos trabalhando, será o pioneiro do micro credito no Brasil. Chamo atenção para a distinção entre assistência e emancipação. Assistência é urgente, é imoral gente morrer de fome em nome da emancipação. O programa bolsa família é assistencial e emancipador, injetou 8 a 9 bilhões nas comunidades mais pobres deste país. Em média 80 reais por mês a milhares de famílias. Tem áreas que 98% recebe, isto revoluciona a economia da cidade. O dinheiro volta a circular, melhora a agricultura familiar, o comercio. O MDS está se aproximando da Senaes para montar no bolsa família um programa emancipatorio. A chave de qualquer programa de redistribuição de renda é desenvolvimento local, o país é enormemente heterogêneo. Não há uma formula única para transformar o Brasil. O Banco Palmas é uma imensa experiência numa metrópole, é um ponto de partida, é emancipador, aqui tem dezenas de experiências. Há um fundo de 370 milhões de reais para alavancar processos que estão em curso. Mapear 250 projetos de desenvolvimento local que estão sendo desenvolvidos pelo BB CEF,

e MDS, a Economia Solidária deve participar, estamos no centro disso. A Economia Solidária funciona na prática, temos provas, este governo aposta nisso. O micro crédito, programa emancipador, a reforma agrária vai atingir a meta este ano. O governo reformulou a noção de reforma agrária, não é para dar terra às famílias para elas se virarem, a idéia é junto com o assentamento ter um plano de desenvolvimento com agricultura. O MST está montando cooperativas de crédito e agrícolas com não assentados também. Temos que unir nossos aliados, para combater a ofensiva da direita.

José Inácio RS - Os dados aqui colocados são interessantes. Todas as riquezas colocadas pelo professor são importantes para o movimento social na perspectiva da mudança. Neste ano e no próximo os movimentos estão chegando numa encruzilhada, da sua não ação em termos de visibilidade este embate tem a ver com ação com governos eleitos pelos movimentos sociais. A grande dificuldade do movimento é não compreender a ação estratégica do governo. Se há uma ofensiva da direita, deve ser mais bem analisada e exige ação. Por outro lado os movimentos sociais não conseguem compreender o governo Lula e as alianças que não são de esquerda. O governo está num jogo complicado e a médio e longo prazo vêm os resultados. Vários acontecimentos por erro de estratégia do partido do governo são uma conjuntura complicada. O conflito e crise existencial do movimento social é estar apoiando a direita. O próximo período se coloca neste sentido, que ações o movimento apóia e que ações retoma como movimento da Economia Solidária. Sempre ficamos numa ambigüidade, concretamente estas reuniões se viabilizam com recursos público, como ficamos entre apoiar o que é bom e criticar o que é contra o movimento.

Luigi - Anteag - Pelas falas ficou uma situação curiosa, incluir na pauta, não é hora de uma ação política? Nós enquanto FBES podemos construir um movimento que articule com os outros movimentos? Se construirmos isso, tirar o FBES uma proposta política, uma ação política. A Economia Solidária se propor uma articulação, um movimento nacional.

Eunice - ADS/Cut - Elementos da dinâmica devem ser importantes para definir estratégia. Estratégia para nós mesmos ou mais ampla? Na sociedade e no governo a Economia Solidária é compensatória. Estas falas da análise da conjuntura devem nos fornecer como vamos nos conduzir daqui para diante.

Manoel da Conceição - MA - Preocupação - está havendo neste país debandada grande da esquerda em relação ao governo, ao mesmo tempo ofensiva da direita tentando substituir esta debandada. A esquerda está deixando lacuna de enfraquecimento. Lula não é cem por cento liderança de confiança da burguesia, temo que a esquerda debande, a mídia afaste, todos afastam e o companheiro Lula cai por terra.

B.2.Síntese da análise de conjuntura (elementos centrais)

- ❖ Não perdermos nossa referência de base;
- ❖ Refletir o que tem de avanço e o que está faltando;
- ❖ Como construir um campo de aliança para fortalecer o movimento Economia Solidária;
- ❖ Socializar os debates anteriores.

C. Balanço e prioridades: Ademar

A missão deste Conselho é fazer a pauta do FBES para este ano. Estamos num processo de acúmulo, importante que novos companheiros se engajem. Aqui é fazer encaminhamentos decididos na reunião da Coordenação Nacional do FBES. A vídeo conferencia já foi parte das discussões do Conselho Nacional. Temos poucos companheiros com caminhada menor. Pergunta quem não participou das reuniões de novembro de 2004. Proponho que tiremos do documento síntese de novembro o que é prioridade. Se estivéssemos em 2006 o que gostaríamos de ter realizado no movimento da Economia Solidária. O que fortaleceu a Economia Solidária, quais pontos avançaram na perspectiva de políticas públicas? O que aconteceu em novembro que é importante para o movimento. A oficina de políticas públicas tinha objetivo de discutir o Conselho Nacional dentro desta perspectiva, mas não fomos muito felizes. Em novembro fizemos avaliação, foi rico porque cada segmento refletiu e fez auto avaliação. Teve um segundo momento por grandes regiões, o que percebemos em 2004 e o que propomos para 2005. As conversas de novembro para cá clarearam as prioridades.

C.1.Prioridades:

- ❖ Conselho Nacional
- ❖ Conferencia Nacional
- ❖ Fundo Nacional (PRONAES)
- ❖ Centros de comercialização (referencias)
- ❖ Encontro das regiões
- ❖ Encontro das organizações de apoio

A SENAES tem proposta de ações e estratégias para este ano, o que colocamos mais forte para este ano, para fazermos dialogo com a proposta da SENAES?

Ary - Ademar diz o que a coordenação aponta para fazermos agenda comum com a SENAES, proponho para a SENAES apresentar primeiro e aí nós discutimos.

C.2.Proposta da Senaes:

C.2.1. Paul Singer

Ainda não existe orçamento da união para 2005. O presidente pega a lei orçamentária e faz outro orçamento, o que sai do Executivo é muito menor do que o que foi aprovado pelo Congresso, que aprovou 13 milhões, ainda não sabemos o que o Ministério da Fazenda vai aprovar. No ano passado executamos 17 milhões num orçamento aprovado de 29 milhões. Porque o orçamento da Senaes foi reduzido? O critério é quanto você gastou do orçamento do ano passado, quando na verdade tem três meses para executar. Gastar para a SENAES é fazer convênios com prefeituras, empreendimentos, e o fomento da Economia Solidária. Tem que fazer uma montanha de documentos comprovando que não está roubando. Fechamos dez convênios, as prefeituras não entregam documentos. Queremos gastar rapidamente o que temos, é de interesse de vocês precisam nos ajudar. Grande dificuldade é que as prefeituras e os empreendimentos não tinham a documentação exigida. Na prática vamos gastar mais dinheiro que no ano passado. Vamos fazer novo convênio com a FBB, que é uma imensa aliada, uma máquina importante de implementar gastos do governo. No momento que recebermos as cifras podemos começar. A FBB vai retomar uma série de convênios que estão lá desde o ano passado.

C.2.2. Plano ação 2005 da SENAES: alguns pontos

Fábio da Senaes apresentou o Plano de Ação da Senaes para 2005 ressaltando os seguintes pontos:

- ❖ Centros de referência inventados no Rio Grande do Sul foi uma grande idéia. Todos gostariam de ter um endereço concreto na sua cidade para feiras, debates, biblioteca, etc. permanentemente. Já fizemos quinze, gostaríamos de fazer centenas, tem que ser barato e rápido. Pode ser em algum local público disponível. Não vamos financiar investimentos que não tenham pernas para acompanhar;
- ❖ Feiras: proposta de apoiar pelo menos uma feira por estado, importante para construção de redes e conagraçamento;
- ❖ Criar um GT de Comercialização;
- ❖ Ampliação das articulações e implantação do Conselho Nacional;
- ❖ Redes de comercialização e produção;
- ❖ Apoio a Centros de Economia Solidária;
- ❖ Apoio a redes de monitores;
- ❖ Promoção do consumo ético;
- ❖ Continuidade do mapeamento e sistema de informação;
- ❖ Desenvolver estudos de pesquisa no campo da Economia Solidária;
- ❖ Formação dos agentes de desenvolvimento solidário;
- ❖ Política de divulgação e comunicação da Economia Solidária;
- ❖ Marco Jurídico;
- ❖ Ação focando as empresas em crise e o processo de recuperação.

Informe Paul Singer - A Assecom está preparando o 7 de setembro, entregar uma bandeira nacional a cada escola do Brasil, fui consultado para a Economia Solidária fabricar as bandeiras(50 mil). Ideal cada município, cooperativa para fazer as bandeiras da escola, e que as mães estivessem presentes na escola, deve significar a presença da Economia Solidária em todos rincões do país. Proponho um GT de Comercialização. O MEC tem proposta para uniformes escolares, devem ser produzidos localmente. O dinheiro do orçamento é do povo brasileiro. Para a Senaes a maior dificuldade é que os recursos são sempre menores que os pedidos. Abre um edital, por exemplo, para centro de referência, onde precisa mais? Temos que fazer algo assim, a variedade de projetos é muito grande, me agrada mostrar a realidade da Economia Solidária. O FBES deve definir as linhas de prioridade para projetos, entre feiras e centros de referencias, são igualmente importantes? Quero argumentos, todo mundo se queixa da FBB, mas o importante é que a Senaes com fiscalização do governo federal não pode ter falhas técnicas, temos que este ano acompanhar os convênios que estão sendo feitos teríamos que ter uma estrutura da FBB. A origem da burocracia está no sistema que acha que todo mundo é ladrão. A Senaes tem pouca gente, se a alternativa for pela Senaes vai ser mais difícil fazer a feira.

C.2.3. Debate sobre o Plano de ação 2005 da Senaes:

Sandra CE - Todo o nosso esforço é para que os recursos da Economia Solidária possam fortalecer os empreendimentos isto é ponto pacífico. Não estamos aqui para ser contra ou a favor da FBB. A Senaes escolheu o caminho da FBB para viabilizar, mas este esquema não está favorecendo os empreendimentos. Temos projeto de feira que foi enviado em março e até hoje não recebeu os recursos. Não é por falta de legalização das entidades. Temos que desafiar e criar outras coisas. Não podemos ficar na constatação de que é assim mesmo. Temos que avançar.

Marcos Arruda - Pacs – O grande objetivo da política pública é fortalecer os empreendimentos, vamos olhar mais longe, é a primeira unidade, só funciona em cadeias produtivas, consolidação das cadeias, desenvolvimento tecnológico, educação e comunicação, redes que alimentem este processo, um a serviço do outro. Que a energia condensada no dinheiro saia do capital e entre no sistema da Economia Solidária, pode ser feito por moedas sociais, nova vertente de atividade econômica que não dependa do real.

Fabio - Senaes - É mais difícil gastar do que receber. Estamos com a expectativa de gastar o orçamento mais rápido para poder amplia-lo. A forma de operar esta política vai dizer o fortalecimento ou não. Acreditamos que FBB ia facilitar mais do que convênios diretos, vamos pensar juntos. Queremos compartilhar, temos dificuldades para a auditoria do Ministério do Trabalho entender o que estamos fazendo. Não entendem os apoios aos centros de referência, às reuniões nacionais, ao I ENEES. Vamos compartilhar dificuldades e enfrentar. A meta é de ampliar o orçamento.

Eunice – ADS/CUT - Temos que fazer o debate da FBB. Nós da CUT fazemos vários convênios públicos, a opção da FBB não é a melhor. Existem outras opções melhores, fizeram opção política equivocada, temos que tentar mudar. Para a Economia Solidária vale as regras, para outros não valem as regras, temos que debater. Das experiências existentes, Recife é o único Centro Público que se tornou público, não estatal, talvez seja o único que sobreviva. O debate de Centros Públicos foi insuficiente, receio que se tornem elefantes da Economia Solidária. Perdemos prefeituras para as quais que estavam destinados Centros Públicos, é debate do nosso Fórum, não é do governo.

Gaiger _ Unitrabalho - Mais importante que fomentar redes é fomentar empreendimentos. O crédito produtivo orientado não ficou compreensível. Como a Senaes se insere neste plano? Temos dificuldades de apanhar o conjunto de iniciativas do governo que nos favorecem. É preciso estabelecer mecanismos de divulgação que mencione as diversas iniciativas. Será que o Pronaf não serve? No campo da comunicação a Senaes tem um papel.

Ademar Cáritas Brasileira – A estrutura está montada contra nós. Somos parte do Condraf, existe um desejo do MDA de fazer a discussão da política com a Senaes, e dada às dificuldades não foi para frente. O MDS está com recurso colocado de seis milhões para um programa de segurança alimentar, na linha da Economia Solidária. O MDS tem projetos aprovados para reciclagem, toda a reciclagem da esplanada ser feita por catadores, este segmento é da Economia Solidária, estes recursos estão colocados. Existe espaço de outros ministérios. Este conselho discutiu critérios, estava preocupado com a bancarização, para espaço não ser balconização. A Senaes mudou os critérios, até em razão da nossa fragilidade. A preocupação não era projeto localizado, era a possibilidade de que houvesse formação de redes. O movimento da Economia Solidária tem inúmeros pequenos projetos, sem passar pelo estado, e temos uma metodologia e políticas de dezenas organizações de fundos que dão conta de fazer. Os recursos pequenos da Senaes devem ser estratégicos, devem ajudar a colocar a disponibilidade dos fundos existentes para todos empreendimentos do Brasil.

D. Trabalho de Grupos: Indicativos, Questionamentos e interrogações

D.1.Grupo 1 – Avaliação mais do documento da SENAES

- ❖ Clarear no documento da Senaes:
 - cadeias produtivas auxiliar mais os empreendimentos do que feiras;
 - capacitação técnica;
 - promoção do desenvolvimento local, não ficar em segmentos mais fechados como quilombolas;
 - consolidar a organização da Economia Solidária – instancias nacionais

OBS: sempre fica o sentimento de que dialogamos com a Senaes e ficamos sem amadurecer mais, como o FBES deve se relacionar com a Senaes?

Outros Pontos:

- Ter mais diálogo, não perder a nossa capacidade mais autônoma;
- Problema para romper com as estruturas verticais em que não há autoritarismo. Sentimos o chamamento de discutir tudo de volta nas bases locais e não tomar decisões unilateralmente, continuar horizontais e não criar estruturas verticais para resolver o problema;
- Apoio aos centros públicos, inserido numa política, ampliar esta estratégica. Se for dissociada de uma política publica fica inconsistente, fica sem a proposta do todo. Política pública se constitui de um espaço, em que o centro publico é um deles, programa de constituição e capilaridade da política. Não adianta só construir espaço sem uma visão pública do centro público.

D.2.GRUPO 2:

- ❖ Elaboração de políticas públicas: qual a metodologia;
- ❖ Conselho Nacional mais participativo, amplo, e implantado ate o final do ano;
- ❖ Articulação de feiras estaduais;

- ❖ Quais os critérios para as casas da economia solidária;
- ❖ Definir critérios de sustentabilidade;
- ❖ Importante criar uma articulação da política pública de economia solidária integrada e não fragmentada. Colocando os instrumentos desde o Conselho Nacional até as feiras, como sistema de economia solidária, regulamentado como políticas públicas, tramitando nas assembleias legislativas;
- ❖ Proposta de uma agenda que articule as feiras, a construção de uma cadeia produtiva de economia solidária, uma articulação dos produtores, que haja uma conexão entre o urbano e o rural.

D.3.Grupo 3:

- ❖ *Transformar a política da economia solidária em uma política de Estado, intragoverno e fora do governo, tem que estar pautada esta discussão;*
- ❖ *Finanças solidárias e centro de comercialização: aprofundar estas questões como política de economia solidária;*
- ❖ *Criação urgente do Conselho Nacional.*

D.4.Grupo 4:

- Item 3 – fomento da geração de trabalho e renda: demanda necessidade de traçar critérios;
- O que não contemplada na SENAES é o Fundo. Temos um GT de marco legal e de finanças, estes possam estar elaborando uma proposta, para o PRONAES, este documento sinalizando as características, limite de crédito, prazo. Baseado no histórico do Pronaf. Alguém tem que analisar, o aspecto mutante. Seria um estudo, com um documento para ser socializado.
- Forma um grupo, depois se juntar ao GT de finanças, se junta ao marco legal para pensar a parte legal.

E. Conselho Nacional

Ademar recuperou a memória do processo de discussão sobre o Conselho Nacional.

E.1.Debate Conselho Nacional:

Paul Singer Senaes - Estamos num impasse, há compreensões muito diferentes sobre o Conselho Nacional, temos que escolher. Há duas necessidades:

- 1) Governabilidade da Economia Solidária no Brasil, já construímos, não estamos no marco zero, em junho de 203 foi o marco. A discussão não está finda, novos passos deverão ser dados para que o FBES continue a ser democrático e representativo. A criação do Conselho Nacional não é para criar um fórum diferente, não serve para isso. Terá órgãos da sociedade civil e governo que não são Economia Solidária, mas que terão alguma relação. Há a confusão que o Conselho Nacional vai ser órgão de representação da Economia Solidária, toda a preocupação de ter maioria só tem sentido se o Conselho Nacional substituir o FBES, proponho que não substitua. A Senaes vai continuar fazendo a política que fez até agora.
- 2) Há uma outra necessidade totalmente diferente que é inserir a Economia Solidária no estado brasileiro e na sociedade brasileira. Precisamos ganhar força. A Economia Solidária é forte na medida que se alia a outros movimentos. Não é como a Senaes que a Economia Solidária está representada e pronto. Estamos transformando a Economia Solidária numa política transversal, já houve intervenções para que ela e os empreendimentos (ex.catende) se viabilizem. Precisamos ter avanços na política de consolidação da Economia Solidária, para isso serve o Conselho Nacional. A idéia é trazer outros ministérios. Deixar claro, este conselho vai ser deliberativo, não vou discutir isso, o peso dele é para fora. Hoje estou convencido que dá para fazer PRONAES desde que o FBES consiga fazer uma proposta boa. Entendo e apoio a idéia de conquistar o PRONAES que nos alavanque financeiramente, isto pode ser feito dentro do FBES. O GT de Marco Legal e de Finanças pode criar uma proposta boa para levar para o CODEFAT e não precisa passar por um conselho, a não ser que ele venha para dar mais legitimidade e força. Não pré determinar, não é cortes, se convidamos amigos para uma festa não é preciso dizer o que vai ser tocado, convida e não precisa especificar sua pauta. O Conselho Nacional vai pautar as questões que a Economia Solidária precise, não vai agendar outras coisas que não seja de interesse da Economia Solidária. O entendimento que o Conselho Nacional vai tirar o lugar do FBES, não permite, não vai dar certo. Já existe o CONSEA, o CONDRAF, precisamos de um conselho que reforce o movimento para o qual ele existe. Podemos discutir se a OCB entra ou não, alguns dizem que sim. Já temos uma ação com os movimentos que poderão ser convidados, não estamos inventando.

Gaiger – espaços garantidos em lei que permaneçam e ultrapassem o calendário eleitoral. Seria legítimo a OCB tomar iniciativa, ela tende a não se preservar muito tempo. Importante apressar o Conselho Nacional, não estender até junho. Para por conta dos impasses, em 2007 podemos estar sem governo e sem conselho.

Lenivaldo – Onde esta a legitimidade do Conselho? Governo para governar não precisa legitimidade. A legitimidade está na sociedade. Queremos o Conselho Nacional para que? Na nossa ótica queremos Conselho Nacional para gerir uma política pública, que ainda não está consolidada. A conferência deveria vir primeiro, a maioria dos estados está querendo antes o Conselho Nacional. Pactuar a data e composição do conselho. A OCB não deve aparecer. O acúmulo da conferência foi feito, não podemos prescindir da construção da conferência, precisamos de um evento nacional, e a conferência quem convoca é a composição do FBES. Sobre a questão do Fundo, o que vai fazer a política é as finanças. Agenda de construção deve ser consolidada em abril na reunião da coordenação nacional.

Marcos Arruda – Pacs – Apesar de acharmos prioritária a construção do Conselho Nacional este tempo levaria até julho. Proposta mais consensuada: processo que definisse o fim de maio ou início de junho – data final para os fóruns estaduais apresentarem a sua visão, convocamos um encontro com representantes até junho para fazer a convergência de propostas. A nossa entrada no espaço do Conselho Nacional precisa ser qualificada, devemos criar um GT para construir a nossa proposta de desenvolvimento da Economia Solidária para chegar com essa força política. A consciência de criar o Conselho Nacional é criar um espaço de disputa e de luta, onde existirão outros atores que precisamos dialogar, a OCB é um deles, mas também ministérios que tem projetos conservadores. Intensificar nossa discussão política dentro do Fórum.

Nelsa - RS – Devemos refletir que balanço podemos fazer da caminhada de reconhecimento da sociedade, no I ENEES. Não conseguimos sensibilizar dentro do governo que não viu a importância da Economia Solidária. Um conselho que pode estar afinado ou não com a Economia Solidária. O Conselho Nacional não dá visibilidade da Economia Solidária, qual a nossa proposta concreta sobre a questão tributária? Não vai ser um conselho que vai fazer isso, estes movimentos precisam ser fortemente representados, não passa por um Conselho Nacional.

João Roberto - Ibase – O Rio formulou a proposta de adiar o Conselho Nacional para julho. O que vem das plenárias do Rio é fazer a conferência antes do Conselho Nacional. Sabemos que vários conselhos nasceram no governo Lula e hoje estão esvaziados. Tiveram espaço de participação com pouco impacto, talvez com exceção Consea e Condraf. Estamos num processo de amadurecimento, a legitimidade é dada pela sociedade e força também. É fundamental resgatar a nossa fragilidade, qual vai ser a convocação deste Conselho, o nosso poder de convocação do governo. Precisamos pactuar, se for para criar em 2006 viramos chacota. Pactuar coisas mínimas:

- ❖ Indicação da sociedade ser dada pelo FBES;
- ❖ Não desarticulação da agenda do FBES;
- ❖ Intensificação da agenda do FBES em 2005;
- ❖ A comissão que vai organizar a conferência ser majoritariamente do FBES representando os três segmentos.

Romeu – Rede de Gestores – A Rede de gestores não se opõe à criação do Conselho Nacional, mas que é estratégico o fortalecimento do movimento da Economia Solidária. Criar o Conselho Nacional sem fortalecimento do movimento não adianta. Se construirmos o Conselho Nacional antes, ter compromisso com a conferência, e que seja representativa e fortaleça o movimento.

Paul Singer - Senaes – Distinguir a conferência do Conselho Nacional, ela é uma possibilidade, pode ser viável, é mais que uma plenária da Economia Solidária, contará com movimentos sociais que não são Economia Solidária. Se a conferência é algo mais amplo, importante criar o Conselho Nacional antes. Temos força para convocar? O Conselho Nacional é para dar força, o Conselho Nacional foi criado há um ano e meio atrás, precisamos colocar ele para trabalhar. Pactuar é perfeito, senão não estaríamos aqui. A OCB no Rio Grande do Sul tem Franco Volcano que é Economia Solidária, ela está rachada. Só criamos Conselho Nacional se estivermos convictos que ele vai ajudar.

Nicolau - MT – Em Mato Grosso somos a favor da criação do Conselho Nacional o mais rápido possível. Todos esperam algo mais concreto para materializar a Economia Solidária. Voltamos para nossos estados frágeis. Reafirmo a posição de Mato Grosso e de outras pessoas da necessidade da criação imediata do Conselho Nacional.

Dione - Senaes – O processo de construção faz com que os atores façam opções. Quando começamos a discutir, a Senaes tinha diversas posições, que precisava de mais plenária, não estávamos preparados. Ousamos fazer a I Plenária Nacional que ninguém acreditava, aconteceu com 200 pessoas em São Paulo, resultado de um mês de articulação, naquele processo havia a proposta de criar o Conselho Nacional. Coloco as seguintes questões:

- 1) Não é real que todo e qualquer conselho no estado precisa ter um fundo;
- 2) Com relação à preocupação que o Conselho Nacional vai esvaziar o FBES, o que vai esvaziar é ter capacidade ou não de ser um ator político. Está chegando a hora do FBES de afunilar. O Conselho Nacional para ter legitimidade precisa ser plural;
- 3) Temos que pactuar sim.

Não sei se o conselho vai se esvaziar ou não, mas pode pautar um novo projeto de desenvolvimento para o Brasil.

Luigi - Anteag – O Conselho Nacional abre na trajetória da Economia Solidária uma primeira fase de afirmação, agora é fase de consolidar este processo ou nos fragmentamos. O Conselho Nacional é um decreto

governamental de 2003. Este Conselho tem um papel, quem estará lá não necessariamente será da Economia Solidária. É uma instância governamental federal, tem um papel especial de ser um leque para ampliar. Envolve OCB que tem uma definição como inimiga do MST, agora o fato de ter a OCB leva para a imprensa, não fica restrito a nós. O problema nosso é se temos um projeto social e político, se for só social é melhor ir para casa, temos que ter uma clareza dentro deste conselho. Temos que amadurecer a discussão para politizar as regiões. Não deve ter poder deliberativo, deve ser consultivo, temos que ter política madura.

Benedito – Rede de Itcp's – Acredito que o Conselho Nacional neste momento não deve ser deliberativo, deverá apoiar o movimento. Sou frontalmente contra a participação da OCB. Não sejamos ingênuos. A OCB é inimiga e não pode estar no nosso campo de negociação! Sou a favor do conselho! Mas precisamos nos estados fazer uma avaliação disso com pauta única nos seus encontros. E aí os estados produzirão resultados e nos darão maior lucidez para encaminhar o processo. O conselho, se avaliarmos friamente é um avanço. Eu, entretanto, temo a entrada da OCB que vai se infiltrar e boicotar o nosso movimento de Economia Solidária. A OCB vindo para cá não vai estremecer. Ela não está rachada e tem um plano claro. Não vamos perder tempo do conselho discutindo com este pessoal.

Valmor - Senaes – A Economia Solidária é produto da democratização no Brasil, com as forças e fraquezas disso. E nós somos frutos disso. E nós partilhamos da necessidade de atuarmos no sentido de tentar assegurar o nosso direito de nos organizarmos de forma autônoma, em trabalho associado. Temos então espaços de interlocução com espaços internos ao governo (conselho!). Temos construído até agora apenas uma relação bilateral: entre FBES e SENAES! Dentro disso, temos que discutir aqui a oportunidade política de implementar este conselho. Ou fazemos agora, ou não vamos conseguir! Ou sai neste primeiro semestre, ou não sai! Por questão dos prazos políticos! Há um problema das articulações das políticas de Economia Solidária dentro do governo, nós vimos e sabemos disso. Eu vejo o conselho como um espaço para articulação e elaboração de políticas de Economia Solidária no governo! É claro que o FBES precisa conseguir pautar a questão da Economia Solidária dentro do conselho! Portanto não acho que os estados devem amadurecer a idéia de conselho, mas sim deliberar quanto a PAUTAR em que sentido o FBES vai conquistar espaço político na sociedade civil e no governo.

Crispim – PA - Concordo com o Valmor. Concordo com o João que temos fragilidade. Mas a posição de recuar agora é um recuo do movimento. Está no momento de ir para frente, temos que caminhar, e buscar fortalecer nossas articulações locais e conquistar espaço. Precisamos voltar aos estados e garantir que assessores, gestores e empreendimentos avaliem como vamos caminhar para avançar nossas propostas. O que está em jogo é nossa própria organicidade interna. É a opinião do segmento que se reuniu no Pará.

Aroldo - Senaes – Lembro de um certo momento do sindicalismo do Pará. Havia um desânimo. Companheiros morreram. Havia um impasse, não conseguíamos nos ver como espaço privilegiado para decidir e avançar! É isso que eu vejo aqui. A questão que me preocupa é que me parece que aqui estamos nos eximindo da responsabilidade de tomar decisões neste espaço! Já foi dado todo o tempo para os estados decidirem. Estamos inviabilizando este espaço como espaço de decisão! Coloco os seguintes pontos:

- 1) Não voltemos para os estados para discutir sobre criação ou não do estado;
- 2) Que um grupo seja tirado aqui para descobrir os consensos;
- 3) Sair com a decisão aqui: se o conselho sai agora ou não! E então os estados amadurecem a partir disso! Senão ficamos num círculo vicioso.

Ademar – Cáritas Brasileira -

- 1) O que sustenta a possibilidade do conselho ser efetivo é a base de mobilização; O movimento é que sustenta; Conselhos são desmontados se a base de mobilização está fraca, vimos isso no Consea durante o governo FHC;
- 2) Construir alianças: Vários ministérios querem fazer economia solidária! São aliados da gente, e esperam um conselho que possibilite isso! Não adianta termos medo destas alianças. Há outros movimentos também da sociedade civil que estão trabalhando na Economia Solidária! Temos que ter clareza que mesmo aqui no FBES temos hoje alianças que não tínhamos antes: ADS e Unitrabalho;
- 3) Nossa relação com a Senaes está muito confusa! Parece que somos Senaes. E não é por causa dos recursos, mas sim porque estamos atuando como um conselho! E conselho é de fato governo!
- 4) Se temos política de aliança: ora, temos uma plataforma! Temos o pacto já traçado. É nossa plataforma que vai como primeira pauta deste conselho. Parece-me que as prioridades são as seguintes dentro da plataforma: 1) O fundo; 2) e a Conferência Nacional. É fundamental, e pode ser essencial para ampliar a nossa participação no cenário nacional.

Eunice – ADS/CUT – A Senaes pode constituir o CNES, pois ele é da Senaes! O diferencial é que a Senaes quer dialogar conosco e fazer conosco a construção do Conselho. Concordo que seja importantíssimo construir o Conselho. Não dá para adiar, para inclusive termos uma credibilidade da Senaes dentro do governo. Senão pode se caracterizar inoperância da Senaes. Mas não fica aí: outra coisa é que precisamos avançar na construção de políticas públicas da Economia Solidária! Isto é outra coisa. Podemos perceber as várias ações do governo e agrupar, mas isso não é política pública. Por fim: temos uma resistência com a OCB: ela é resquício da ditadura! Ela força que todo o cooperativismo se filie a OCB! Isso é monolítico. Se acreditamos numa sociedade

plural, não podemos aceitar a OCB aqui dentro! Se Singer diz que a entrada da OCB pode “sensibiliza-la”, posso até respeitar a opinião dele. Mas ela é uma unicidade, e nós somos contra esta unicidade! Portanto, somos contra a OCB! Cooperativas são obrigadas a se filiar a OCB sob pena de não conseguir recursos públicos, etc. Defendemos outro tipo de organização da Economia Solidária no Brasil.

Domingos - DF – Não acho que o conselho é simplesmente um espaço do governo. É de várias forças. Precisamos prestar atenção na conjuntura nacional. O FBES é a fonte da Economia Solidária, das políticas da Economia Solidária. E não será o conselho que tirará este status. Precisamos ter clareza de nosso papel. Somos da sociedade civil. O conselho é o local onde serão elaboradas as políticas públicas! O conselho será criado quer queiramos ou não, pois é uma característica do avanço da Economia Solidária. Perderemos a conjuntura atual se não criarmos agora!

Ivon – TO – O que está em questão não é a criação do conselho, mas sim a sua implantação. É melhor ter um conselho, pois tem pessoa jurídica, e o FBES não tem! E esta questão de remeter para depois, não adianta nada, isso vai sempre se repetir: “Não estamos prontos”. O que falta não é responsabilidade nossa não. O que nos falta agora é coragem: tenhamos coragem de encarar o conselho!

Zé Inácio - RS – O Conselho é um espaço do estado. Portanto a sua continuidade depende da mobilização da base. Para mim, a discussão de composição tem que estar vinculada à leitura de conjuntura. Defendo que se crie um conselho provisório até a Conferência Nacional. Pelo que vejo a Senaes quer ter um conselho o mais amplo possível para que a Economia Solidária consiga se infiltrar no meio social e dentro do governo, para que políticas públicas possam ser elaboradas! É uma aposta num Conselho agora, com caráter provisório, que esteja diretamente vinculado à Conferência e a redefinição do caráter e composição acontecer na conferência! Acho que tem que ser o mais amplo possível, mas devem ser atores que efetivamente nós achamos que vão nos ajudar a alavancar o movimento de Economia Solidária. E portanto não acho que temos que convidar a OCB! Deve ser o mais amplo possível, mas de agentes que estarão conosco na caminhada.

Manoel da Conceição - MA – Eu queria que tivéssemos discutido com mais profundidade qual o papel que este Conselho terá no fortalecimento do movimento da Economia Solidária. Ele vai nos ajudar se tivermos claro o que nós queremos fazer! Se nós soubermos o que queremos, podemos encarar outros agentes e negociar dentro do Conselho. Se ficarmos com medo, não caminhamos para lugar nenhum. Precisamos ter a ousadia de propor as coisas para caminarmos.

E.2.Pontos para serem pactuados - proposta João Roberto – Ibase

- ❖ Indicação de a sociedade ser indicada pelo FBES;
- ❖ Não desarticulação da agenda do FBES;
- ❖ Intensificação da agenda do FBES em 2005;
- ❖ A comissão que vai organizar a Conferência ser majoritariamente do FBES representando os três segmentos.

E.3.Sistematização da coordenação da reunião:

- ❖ Pactuar com a SENAES o Conselho e a Conferência;
- ❖ Intensificar agenda do FBES;
- ❖ Comissão organizadora da conferência ser majoritariamente do FBES;
- ❖ Lista de indicações do conselho passe por consulta previa ao FBES;
- ❖ Participação ou não da OCB;
- ❖ Quando instaurar o conselho?
- ❖ Composição do conselho ser transitória;
- ❖ Conselho ser deliberativo/consultivo.

E.4.Observações da plenária:

- ❖ Valmor – Senaes - Fazer pacto significa vamos continuar discutindo juntos ou não? Podemos já partir para a construção da Conferência? Qual espaço de interlocução vamos manter até abril? Sinalização do tempo, começar construir uma minuta no GT que será encaminhada ao governo.
- ❖ Marcos – Pacs – Devemos voltar a discussão para os estados, não é o espaço do GT, não é hora de pactuar.
- ❖ Gaiger – Trabalhar com a perspectiva para no meio do ano as questões já estarem fechadas na casa civil para instauração do Conselho Nacional. A coordenação representa os estados e não precisa de encontro específico. Não é viável pensar uma conferência nacional nesse calendário. Precisa fazer nos estados as discussões da plataforma e outras discussões, é um trabalho de base, tarefa para 2005. A Conferência em 2006 vai ter peso maior se for chamada pelo Conselho Nacional.

E.5.Encaminhamentos sobre o CNES:

- ❖ O GT Conselho Nacional ficará com as seguintes responsabilidades:

- Continuar a promover o debate e interlocução com a Senaes;
 - Elaborar minuta sobre proposição, atribuição e composição do Conselho, para subsidiar debate nos estados, que deverá ser apresentada para o governo;
- ❖ Os Estados terão até abril, no Encontro da Coordenação Nacional, para acumularem no debate sobre o Conselho:
 1. Composição;
 2. Indicação das entidades que farão parte do Conselho;
 3. Estratégia de construção do Conselho;
 4. Propostas para construção da conferência.
 - ❖ O GT do Conselho Nacional e a Senaes devem fazer um movimento político no sentido de abrir um diálogo com as entidades que estão sendo cogitadas para comporem o Conselho, com o objetivo de ir buscando alianças estratégicas para esse conselho, para não correr o risco de ter a recusa de algumas destas entidades;
 - ❖ No Encontro da Coordenação Nacional do FBES em abril:
 1. os estados trarão os resultados de seus debates;
 2. Serão deliberados e indicados as entidades da sociedade civil e os nomes do FBES que comporão o Conselho;
 - ❖ O Conselho (atribuições e composição) será objeto de discussão da Conferência Nacional;

Dia 26:

F. Temas/Ações 2005

- ❖ Bloco da manhã:
 - Comercialização/redes;
 - Centros Públicos;
 - Comunicação
- ❖ Bloco da tarde:
 - Fundos;
 - Mapeamento;
 - Formação;
 - Marco jurídico.
- ❖ Nelsa fez uma apresentação do acúmulo das discussões do dia 25 de fevereiro.

G. Comunicação:

G.1.Síntese do debate:

- ❖ Boicote às transnacionais tirado no FSM, incentivo para comercializar os produtos da Economia Solidária, rever nosso consumo;
- ❖ Campanha em 2005 pelo consumo solidário e consciente, seria uma grande campanha dos produtos da Economia Solidária, culminando com o dia nacional da Economia Solidária;
- ❖ Catalogo para divulgação, trabalhar com folder etc;
- ❖ Houve uma oficina de comunicação dada pela Senaes que fez um debate sobre a comunicação na Economia Solidária que resultou numa rede de comunicadores;
- ❖ Campanha interna e externa da Senaes: a campanha interna foi feita com dificuldade, este ano fazer a campanha externa para a sociedade;
- ❖ A Senaes fez oficina de trabalho para este tema, foram convidadas pessoas de comunicação que trabalham com Economia Solidária. Foram incluídos os seguintes temas: educação popular, comunicação esta ligada à educação popular. Este grupo elaborou uma proposta para ter projeto mais consistente;
- ❖ Fazer uma campanha nacional de divulgação da Economia Solidária que possa demonstrar para a sociedade que a Economia Solidária tem produtos;

- ❖ Fazer material específico para público mais geral, material para militantes da Economia Solidária;
- ❖ Fazer material de formação;
- ❖ Fazer material informativo para agentes de crédito;
- ❖ É fundamental saber se o grupo de pessoas que participaram da oficina de comunicação pode realizar campanha nacional, produzir para militantes da Economia Solidária, material articulado com processos de formação, material para agentes de crédito;
- ❖ A Radiobras fez contato com FBES e Senaes para construir uma agência nacional de notícias da Economia Solidária;

G.2. Encaminhamento Comunicação:

Foram priorizados três grandes temas:

- ❖ Campanha nacional pelo consumo consciente - dia nacional da Economia Solidária e durante o período da conferência - incorporar outros parceiros com interesses em consumo consciente (software livre) divulgar marca e slogan, caráter propositivo;
- ❖ Trabalho de comunicação no nosso ambiente, formação e divulgação em Economia Solidária, aproveitando documentos e vídeos já existentes, centro de documentação para recolher o material, campanha para recolher documento (GT de comunicação). Produzir em rede;
- ❖ Construção de uma agência nacional de economia solidária;
- ❖ Educação popular provocativa não apenas informativo (teatro do oprimido);
- ❖ GT de comunicação - reforçar a presença de companheiros que tenham experiência completa de Economia Solidária dos estados.

Pauta da Senaes:

- ❖ Apoio à comercialização, fomento e educação;
- ❖ Campanha nacional - consumo consciente;
- ❖ Material para mobilização para militantes da Economia Solidária;
- ❖ Formação - material para ações de formação (didático);
- ❖ Campanha de sensibilização - agentes de crédito;
- ❖ Kit - economia solidária para escolas;
- ❖ Agência nacional de notícias de economia solidária.

Composição do GT de Comunicação: Rede de Comunicadores da Economia Solidária, Camp, Adital; Cáritas, Brasil de Fato; MST; Ibase; Rede de Trocas; Cecip; Cut; TV dos Trabalhadores; Pacs.

H. Centros Públicos:

H.1. Debate:

Dione – Senaes – A Senaes identificava várias iniciativas que envolvem Economia Solidária com dificuldade de se integrarem, verificou necessidade de desenvolver ações no campo da política pública. Por parte do FBES demandas de construção de espaços que aglutinassem atividades de Economia Solidária. Fez reuniões com a rede de gestores. Percebeu-se a necessidade de construir nas localidades espaços físicos para pequenas comercializações, para fazer reuniões, sediar fóruns estaduais, ações administrativas, que fosse um espaço de aglutinação. Feito debate com a rede de gestores em março de 2004. Foi construído termo de referência que socializasse os centros públicos, avançou na construção de centros públicos com administrações locais, diálogo paralelo com os fóruns estaduais e locais. A ideia é que fosse um espaço público e não estatal para diferentes atores sociais da Economia Solidária. A gestão dos centros públicos seria feita por um comitê de gestão com representações do governo e da sociedade civil. Parceria com prefeituras poderia ter riscos devido a mudanças políticas. A composição seria de 60% sociedade civil e 40% governo. Determinação para administrações de manutenção dos espaços por período mínimo, a força do movimento poderia pressionar para tomar posse deste espaço. Apesar de ter tido contato mais com gestores não significa que fosse só isso. Houve parcerias, por exemplo, com a ADA. Duvidas sobre recurso: em torno de três milhões para centros públicos, repassou um milhão e novecentos, teve prefeituras que mudou a administração, ficou 5 pendências. Termo de referência sabíamos que deveria ser ajustado. Solicitado para rede de gestores indicarem duas ou três pessoas para atualizar o termo de referência, elaborar uma proposta de monitoramento, avaliação e gestão dos centros públicos, sugerimos que o FBES indique mais duas pessoas para participar deste grupo, para atualizar termo de referência até 20 de março.

Romeu – Rede de Gestores - A construção de centros públicos de Economia Solidária é o trilhar do objetivo de construção de políticas públicas de Economia Solidária. Gestores são atores importantes da Economia Solidária e também propõem. Identificado que precisávamos avançar em ações de formação, espaço para comercialização, controle social. Todos centros têm comitês gestores que estão em contato com os atores da

Economia Solidária. Isto esta no edital da Senaes. Posso dizer do centro publico de Recife, espaço publico não estatal, pensar cadeias produtivas. Tema talvez não tenha sido incorporado pelo FBES na sua complexidade, do ponto de vista da rede de gestores é iniciativa valida e queremos continuar, formar GT para encaminhar termo de referencia adequado. Se os fóruns e sociedade civil não estão participando é critério de falta de sustentabilidade? Pode ser. Construir a ação dos atores para não criar elefantes brancos. É uma política valida coloca a Economia Solidária no território e coloca os gestores públicos no local da Economia Solidária. No Recife funciona.

H.2.Encaminhamento Centros Públicos:

- ❖ Caráter publico, não estatal - gestor publico participa, mas não define as questões;
- ❖ Gestão participativa - o estado não define, mas faz parte das definições, não é pratica do terceiro setor;
- ❖ Rever termo de referencia para seleção, manutenção e financiamento
- ❖ Relação entre a Economia Solidária com o sistema de emprego: Participar dos congressos de sistemas públicos de emprego;
- ❖ Formar equipe para sistematizar a proposta de política publica;
- ❖ O Centro publico tem caráter de mostrar o conceito de Economia Solidária, forma de publicizar, mostrar a dimensão da Economia Solidária;
- ❖ Centro ser ponto de irradiação de articulações que apontem para cadeias produtivas de rede, para superar a solidão de cada empreendimento;
- ❖ Proposta integrada que informe cada área da política pública, avaliar o trabalho do GT marco jurídico, talvez criar um GT que repense a Economia Solidária;
- ❖ A Senaes vai disponibilizar recursos imediatos para reforma de prédios para implementar os centros.

I. Comercialização/Redes:

I.1.Debate:

Lenivaldo – PE – Fez um resgate do relatório da oficina de empreendimentos:

- ❖ Criar centros de referencia da Economia Solidária que seriam Centrais de formação, banco de dados para facilitar a divulgação. Principio da autonomia como elemento estruturante e fazer parcerias inclusive com governo. Necessário fechar o circulo solidário. Nesta cadeia importante trabalhar a consciência das pessoas envolvidas, seminários, cursos, cartilhas que torne claro para o publico da Economia Solidária. Envolver os ambulantes e camelôs na formação;
- ❖ Fundos - moeda solidária precisa ser desenvolvida nos centros de comercialização;
- ❖ Fortalecimento do FBES com a sociedade. Elaborar calendário de feiras, avaliar as feiras apoiadas pela Senaes;
- ❖ Centrais de comercialização: (vide relatório da oficina de empreendimentos). Trabalhamos concepção que fecha o circulo.

Ary – RJ - Central de comercialização não é antagônica é complementar, espaço seja gestão dos empreendimentos. Discutir a forma da construção dos centros públicos: ser solidário com o meio ambiente, bio arquitetura, avançar nestas formas diferentes;

Romeu – Rede de Gestores - complementando, a Senaes tem pouco recurso, não vai apoiar infraestrutura.

Senaes- Dione e Haroldo:

- ❖ Fortalecer o FBES através do fortalecimento dos empreendimentos;
- ❖ Política de fomento da Senaes só terá resultado com foco nos empreendimentos;
- ❖ Racionalidade no que vai desenvolver, não podemos mais experimentar, temos que ter resultados qualitativos e quantitativos;
- ❖ Não podemos fazer duas coisas iguais com nomes diferentes, devemos fazer opção, sabemos do risco de construir coisas com o governo, mas faz parte da luta. Centrais de comercialização para nos não é centro publico. Centrais parte dos empreendimentos, papel de pensar a viabilidade do empreendimento, demanda, produção, entreposto de mercadoria, partir do principio da Economia Solidária para um mercado cão, para impor nossa lógica. Topamos discutir centro publico. Apoiamos varias feiras (900 mil reais), concordamos organizar um calendário de feiras. Propomos três níveis de feiras: uma nacional, feiras estaduais e programas de feiras (experiência com CE e MG), aproveitar o aprendizado. O FSM foi construtivo com a constituição do GT. Propomos um GT de Comercialização, Abastecimento e Serviços, primeira tarefa produção de bandeiras.

Haroldo – Senaes - Sistema nacional de comercio solidário - ate agora ações pontuais e fragmentadas, a feira para a Senaes é um componente no sistema de comercialização. Discussão entre os empreendimentos nos espaços das feiras precisa ser mais bem organizadas, boa parte são só marca de Economia Solidária, reproduz tudo, não apresenta as expressões da Economia Solidária, não teve feira com moedas sociais. Não temos metodologia que ajude a comunicar o debate sobre a Economia Solidária. Presença forte do artesanato, não tem outros produtos. Fazer cinco grandes feiras regionais, integrando com encontros regionais, ter marca e expressão da identidade da Economia Solidária no Brasil. A Feira de Santa Maria que já é internacional dando ênfase para foco em Economia Solidária. Avanço entre Senaes e MDA para transformar a feira da agricultura familiar em feira de Economia Solidária, discutir o sistema nacional de Economia Solidária. Critica entre MDA e outras parcerias (FACES) de que os empreendimentos não se apropriaram do sistema nacional da Economia Solidária, aproveitar feira para isso. Fortalecer as redes regionalizadas de Economia Solidária intuito de pensar o sistema nacional. Fortalecer um fluxo diferenciado, feira espaço de divulgação da Economia Solidária, não ser só comercialização. 15 a 17 de março primeira reunião do GT proposto.

Paulo - Radiobras - Tentando articular a comunicação da Economia Solidária sabemos da necessidade de tornar visível para a sociedade civil, que ainda não vê. A mídia trabalha com o que está estabelecido. Aproveitar o patrimônio publico de comunicação que é a radiobras, missão e objetivos com convergência com os objetivos da Economia Solidária. Colocar este patrimônio a serviço da Economia Solidária, sem limites editoriais, a Economia Solidária deve saber o que quer e determinar a linha editorial. Proponho parceria entre Senaes, Radiobras, FBES e outras entidades que vocês queiram, para montar agencia de noticias da Economia Solidária. Produzir conteúdos, programas de radio, TV, site, divulgar feiras, produtos. Já existe material suficiente para uma agencia de noticias. Como fazer sem tirar dinheiro da Economia Solidária? Através de patrocínio de empresas publicas, radiobras não pode produzir, pode veicular, para emissoras publicas, garantia de veiculação. Fazer um tipo de jornalismo usando todo o acumulado inclusive com outros paises, os leitores serão os repórteres.

DECISÃO: *formacao de tres grupos de trabalho: comercialização/redes, centros públicos, comunicação*

I.2. Encaminhamentos Produção, comercialização e Consumo:

- ❖ Campanha: viés tem que mostrar o conceito da economia solidária, mostrando o contraponto. Mostrando as experiências locais de produção;
- ❖ Feiras espaço qualificado. Com o público em geral, empreendimentos e produtores, animando o consumo solidário;
- ❖ Criação de um GT que pense a política publica da comercialização;
- ❖ A Economia Solidária enquanto ator de boicote aos produtos transnacionais;
- ❖ Duas estratégias de comercialização: uma no mercado capitalista, e outra estratégica na solidariedade, entre os atores da economia solidária, identificar os atores que poderiam comprar produtos da Economia Solidária;
- ❖ As feiras estão dando resultado para os empreendimentos?
- ❖ Abrir outras perspectivas como feiras de negócios; se inserir em outras feiras;
- ❖ Cuidado com os boicotes, para não fazer política de protecionismo de determinados governos;
- ❖ Processo de formação política nas feiras, reafirmando o projeto político da Economia Solidária;

J. Mapeamento

Valmor – Senaes:

- ❖ Prioridade numero um da Senaes para processo de mobilização, reconhecimento da Economia Solidária no Brasil;
- ❖ GT Mapeamento: relacionamos os problemas fundamentais
 - 1) Organizativo e político - organizar uma base para implementar este processo, disponibilidade de todas organizações que possuem base de informações, para colocar à disposição para as EGES. A dificuldade é que muitos estados não possuem fóruns, equipes locais dificultaram o processo, as EGES têm dificuldades de conseguir material com as entidades;
 - 2) Não conseguiu colocar à disposição das equipes estaduais recursos adequados e informações. Muitos estados avançaram, mas ficou a meia boca;
 - 3) Atraso na implementação da ação e visibilidade da importância do mapeamento no processo de mobilização da Economia Solidária no estado. EGES precisava visitar todos empreendimentos e fazer uma caracterização;
- ❖ Proposta: esforço para enfrentar os problemas e até julho de 2005 poder visitar e ter informações de todos empreendimentos hoje reconhecidos pelas EGES como Economia Solidária.

Roberto Marinho – Senaes: Começamos com uma pré-listagem em torno de 20 mil empreendimentos de Economia Solidária no Brasil, hoje temos 28 mil registros de possíveis empreendimentos de Economia Solidária,

confirmados 5 mil, 400 não confirmados excluídos da lista, 22 mil para serem confirmados. Podemos chegar a 20 mil empreendimentos confirmados. Já temos um estado que concluiu o trabalho (68 empreendimentos), talvez precisa esforço maior de Roraima nos indígenas pode chegar a 70. Oito EGES estarão até a próxima semana finalizando seus trabalhos, faltando ainda oito estados com processo inicial de discussão para a segunda fase. É necessário esforço de todos e todas para concluir o processo, algumas entidades de assessoria e fomento estão reticentes em apresentar a lista dos empreendimentos que trabalha. Pensar os sistemas estaduais que precisam ser descentralizados. Fazer de sistemas estaduais centralizados pelo nacional, para que os sistemas estaduais possam ser atualizados pelos estados, independente de governo.

Gaiger – Unitrabalho - O GT de mapeamento fez trabalho forte com a Senaes. Pensar numa pesquisa específica que o IBGE faria para transformar em uma base de dados. GT ficou mais na retaguarda, com o avanço dos trabalhos e com os primeiros resultados, retomar para fazer avaliação. Fizemos no início uma opção que não foi fácil. Uma coisa é fazer o mapeamento usando os profissionais para isso, a outra era fazer o processo pelos atores sociais. O mapeamento foi desenhado numa solução híbrida, formando os entrevistadores, mas ao mesmo tempo mantendo um rigor, ai entra a pratica de quem faz pesquisa, cuidado ate na hora de fazer uma pergunta. Daí nasceu a necessidade de fazer um formulário, GT contribuiu. O modelo híbrido apesar de ser melhor tem problemas de operacionalização. Houve um trabalho conjunto, este sistema de informações pode ter um valor em longo prazo. Quem entra no mapeamento, houve uma celeuma, mas esta superada. Este é um espaço de fazer uma avaliação mais ampla, o GT não teve como fazer a avaliação das EGES nos estados. Dois temas importantes: indicadores da Economia Solidária, com base em que dizemos se o empreendimento esta indo bem. Desafio: discussão no plano estadual, o que é a Economia Solidária mapeada naquele estado, a partir dos resultados deste trabalho. Em 2005 devemos trabalhar mais os estados, em 2004 ficamos muito nas questões nacionais. Aí a validade do mapeamento vai se revelar.

J.1.Síntese do debate Mapeamento:

- ❖ Problemas com a fundação Banco do Brasil;
- ❖ Descontinuidade dos trabalhos nos estados;
- ❖ Comprometimento da confiabilidade;
- ❖ Problemas com fluxo de informações;
- ❖ Problemas com DRT's;
- ❖ Problemas de relacionamento das entidades;
- ❖ Falar com Economia solidária com mais clareza;
- ❖ Adesão das organizações;
- ❖ Falta de mobilização;
- ❖ Problemas metodológicos e operacionais;
- ❖ Ação mais concreta, puxada forte;
- ❖ Atenuamento dos problemas;
- ❖ Termo de referencia é inclusivo.

K. Formação:

K.1.Propostas Senaes:

- ❖ Articulação da política da Economia Solidária com o sistema publico de emprego. É fundamental para a Senaes incluir a Economia Solidária no plano nacional de qualificação. Aplicados em torno de um milhão para formação para trabalhadores(as). Estamos agindo dentro do ministério, estratégia para ampliar a participação da Economia Solidária no PNQ (20 milhões de reais). Projetos especiais, treze em andamento (Anteag, ADS, Rede Abelha) recursos para formação. PROPOSTA: realizar uma oficina nacional sobre PNQ em Economia Solidária estamos distribuindo cinco mil termos de referencia para orientar sobre a inclusão da Economia Solidária no PNQ;
- ❖ Continuar a levar a Economia Solidária para dentro dos Ministérios. Em 2004 houve formação em Economia Solidária para os servidores, neste processo contamos com companheiros(as) que estão no movimento da Economia Solidária;
- ❖ Ampliar o processo de formação para gestores públicos, propomos parceria com a rede de gestores;
- ❖ Relação com os talheres agentes de mobilização social, articular ação de formação com eles e ampliar. Fomos pela Associação Nacional de Educação dos agentes de saúde. Desafio: avançar no processo de articulação com os agentes de mobilização social(talheres, agentes de saúde, incluir os Fóruns estaduais, queremos discutir).

K.2.Propostas FBES:

- ❖ Cursos específicos para qualificação técnica;

- ❖ Captação de recursos – formação necessária
- ❖ Pesquisa científica permanente;
- ❖ Formação de formadores;
- ❖ Formação local e multiplicação;
- ❖ Formação prática e teórica – intercambio – estudo de campo – as pessoas receberiam formação no local e levariam a experiência para seus empreendimentos;
- ❖ Integrar as várias experiências em educação, educação popular, educação sindical;
- ❖ Elevação da escolaridade;
- ❖ Reunir as experiências para dar formação;
- ❖ Reflexão sobre a metodologia do PNQ hoje que não atende às necessidades da Economia solidária;
- ❖ Formação contextualizada às realidades regionais;
- ❖ Formação em Economia solidária num contexto maior – processual – com vistas à cidadania ativa;
- ❖ A Economia solidária é meio para o desenvolvimento econômico e social;
- ❖ Promover o empoderamento dos sujeitos;
- ❖ Eixo da formação: Educação solidária transversal;
- ❖ Formação política – Economia solidária mais macroeconomia;
- ❖ Avançar – assessoria de gestão – viabilidade econômica – auto gestão para sustentabilidade;
- ❖ Concepção metodológica – ver no conjunto o que promove um corpo para o conteúdo da formação;

K.3.Estratégias:

- ❖ Oficina que produza um documento “Formação em Economia Solidária”;
- ❖ Grupo permanente para sistematizar os acúmulos;
- ❖ Momento nacional para um encontro com formadores em Economia solidária;
- ❖ Primeiro emprego e consorcio Juventude como um meio de inserir os conceitos de Economia solidária;
- ❖ Inclusão das plataformas da Economia solidária no conteúdo.

L. Marco Jurídico:

- ❖ Fizemos um resgate histórico, do GT -Relações Interministeriais em 2003. E foi por iniciativa da OCB. Mas a correlação de forças ficou para o nosso lado, de modo que a OCB refluíu e ficamos sabendo que ela está fazendo este mesmo processo dentro do ministério da agricultura. Temos que ficar atentos a isso;
- ❖ Depois tivemos o GT - Jurídico, mas tava na mão de advogados, na mão de sua especificidade técnica. ...

L.1.Propostas

- ❖ GT jurídico tenha agentes para socializar com o Fórum;
- ❖ GT tenha agenda;
- ❖ Pauta: estatuto, lei do cooperativismo de trabalho.

M. Fundos:

Ademar – Cáritas Brasileira:

- ❖ Fundo para Economia solidária;
- ❖ Fundo para FBES;
- ❖ Na Oficina de empreendimentos foi discutida a criação do Pronaes a partir de diferentes fontes;
- ❖ Pegar o conjunto de instrumentos de finanças solidárias da plataforma;
- ❖ BNB – Senaes – quatro ou cinco grandes representações da Economia solidária;
- ❖ Fundos rotativos solidários – MDS, MTE e outras instituições;

M.1.PRONADES: Programa Nacional de Desenvolvimento da Economia Solidária

Considerando os milhões que a SENAES apresenta ter nos vários ministérios, nossa proposta para política de finanças solidárias:

1. Classificação dos empreendimentos - semelhante ao PRONAF:

- a) Grupo A - Empresas recuperadas - incorpora a discussão do PLANTAG.
- b) Grupo B - Individuais/familiares em processo de formação de Associação/cooperativa – em transição;
- c) Grupo C - Redes e Cooperativas Consolidadas;
- d) Grupos específicos: mulheres, portadores de habilidades especiais e jovens.

Propostas diferenciadas de crédito em cada grupo, contemplando custeio e investimento; juros subsidiados com rebate de 20% no principal para o pagamento em dia.

2. Pronadão (pronafão):

Recursos para investimento em cadeias produtivas para o desenvolvimento territorial;
Recursos para capacitação profissional e cidadã em economia solidária;

3. Formas de operacionalização:

Cooperativas de créditos;
Fundos rotativos;
Bancos de desenvolvimento, bancos do povo;
Carta de aptidão deve ser oferecida por órgãos representativos da economia solidária e governamental.

4. Fontes de recursos:

Colocar as fontes de créditos de geração de trabalho e renda (calculados em 6 bilhões) nesta concepção do PRONADES.

M.2. Apresentação Haroldo – Senaes:

- ❖ Fundos Solidários
 - Articulação nacional de apoio a pequenos projetos - Cáritas e CESE
- ❖ Fundos Rotativos Solidários
 - ASA - Articulação do Semi Árido - PATAC
 - Pastoral da Criança
- ❖ Cooperativismo de Crédito
 - Ancosol - 190 cooperativas
- ❖ Micro crédito produtivo orientado
 - Abicred - 60 OSCIP`S
- ❖ Rede de Gestores de Economia Solidária
- ❖ Rede de Trocas Solidárias
- ❖ Entidades de Apoio/Especialistas

FRENTES DE ATUACAO:

- ❖ Fundos e Programas
 - PAPS - Programa de apoio a projetos solidários
 - Fundo: OGU - Senaes e FDR - BNB (Banco do Nordeste do Brasil)
 - Valor inicial: R\$ dois milhões
 - Programa de Inclusão Social e Desenvolvimento Solidário
 - Fundo: FAS/Presidência (Fundo de Desenvolvimento Social)
 - Valor inicial: R\$ 370 milhões
 - Programa Nacional de Micro Crédito Produtivo Orientado
 - Fundo: FAT - Fundo de amparo ao Trabalhador/2% do compulsório a vista
 - Valor inicial: R\$ 300 milhões
- ❖ DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL DAS REDES DE FINANÇAS SOLIDÁRIAS
 - Apoio ao Encontro da Rede de Trocas Solidárias
 - Apoio ao desenvolvimento institucional das entidades que participam do programa de micro crédito produtivo
- ❖ FORTALECIMENTO DE PARCERIAS INSTITUCIONAIS
 - Convenio de Cooperação Técnica e Financeira com as Instituições Financeiras Públicas (BB, BNB, BNDES, CEF)
 - Articulação ministerial (MDS/SAI, MDA/SDT/SAF, MF)

ALGUNS RESULTADOS

- Abertura de canais para captação de recursos públicos

- Garantia em lei do aval solidário
- Participação do cooperativismo de crédito nas linhas do micro crédito
- Fortalecimento do setor de micro crédito produtivo orientado
- Coordenação do ano internacional do micro crédito pela Senaes
- Participação no principal espaço de decisão de governo da política de crédito popular (GTI do Micro Crédito e Micro Finanças)

DESAFIOS

❖ ESTRATÉGICOS

- Construir um Setor Financeiro inclusivo que tenha como agentes financeiros o cooperativismo de crédito e as OSCIP's de Micro Crédito produtivo, e os Consórcios dos Fundos Rotativos Solidários
- Construir as condições objetivas para a constituição do fundo de apoio à Economia Solidária (PRONAES)
- Consolidar uma política pública de apoio aos empreendimentos populares e solidários de pequeno porte no Brasil
- Construir o Sistema Nacional de Comércio Solidário

❖ OPERACIONAIS

- Consolidar os Programas em Desenvolvimento

N. Plenária de debate:

Luigi (Anteag) – Formação:

- ❖ Aproveitar acúmulo nesse processo da Economia Solidária;
- ❖ Princípios básicos que norteiem a capacitação técnica: metodologia adequada à Economia Solidária;
- ❖ Metodologia no assessoramento e acompanhamento, na formação para diferenciar da educação convencional;

Haroldo (Senaes) - Comunicação:

- ❖ FBES precisa de estrutura nacional mais consolidada;
- ❖ A secretaria executiva do FBES deve estar presente nos GT's, pode ajudar a socializar os resultados;

Haroldo (Senaes) - Fundo:

- ❖ GT de Finanças Solidárias tem muita agenda para 2005, muita demanda em termos de operação, dar garantia maior para o fundo. Vai ter o encontro nacional de finanças, cuidado para não diluir a questão do fundo.

Eunice (ADS/CUT): Formação:

- ❖ A CUT está fazendo debate para proposta de metodologia para Economia Solidária - a partir de experiências completas em educação popular, intervir na educação integral, gestão e educação geral dos trabalhadores. A CUT propôs parceria com a Senaes para desenvolver esta estratégia em pelo menos dez estados. Intervir nos currículos escolares.

José Inácio (Camp RS): Marco Jurídico:

- ❖ Aspecto importante é a definição do que é economia solidária e quem se enquadra, quando se discute qualquer programa de política pública é necessário. Construir uma referencia mais geral

José Inácio (Camp RS): Formação:

- ❖ No Rio Grande do Sul temos experiências de articular para realizar eventos;
- ❖ Estratégia construir e realizar experiências de capacitação, de formação mais centrada, articulada com o MEC, articular desde a produção e agregação de valores, permite avançar na qualificação dos atores e sobrevivência dos empreendimentos.

Ary (Quilombo da Serra RJ): Mapeamento:

- ❖ Organizar ir além do ambiente da Economia Solidária, construir zonas de potencialidades sócio econômicas, não ficar preso a regiões, estados, vislumbrar as potencialidades econômicas, étnicas, para

construir as cadeias produtivas, estratégico para ver o raio X da Economia Solidária. Organizar não por estados, mas por zonas sócio econômicas.

Lenivaldo (Catende PE): Fundos:

- ❖ Superar a fragmentação dos fundos, ter uma proposta já seria um avanço, estamos desenhando isto nesta caminhada do I ENEES para cá, se PRONAF é referência, a coisa está desenhada.

Lenivaldo (Catende PE): Formação:

- ❖ Formação não é só conceitos da Economia Solidária é também formação cidadã, conhecer a sociedade brasileira de forma mais ampla. Formação sistematizada, continuada e de percurso longo, uma semana para fazer estudos. Na Catende fizemos de dez meses com os jovens e todos estão inseridos em alguma coisa, as experiências históricas do Cajamar indica para isso. Os companheiros vêm com as mais diversas trajetórias.

Roberto Marinho (Senaes): Mapeamento:

- ❖ Realizar um seminário nacional é excelente e deve ser logo, final de março;
- ❖ Sair daqui com uma carta chamando todos os fóruns estaduais para engajamento na reta final do mapeamento;
- ❖ Pelo menos uma reunião estadual, para ver questões políticas e metodológicas do mapeamento;
- ❖ Os fóruns têm que saber quem é da EGE do mapeamento;
- ❖ Incorporar a participação da secretaria executiva no GT de mapeamento.

Nicolau (Cooperativa Coorimbatá MT): Formação:

- ❖ Economia Solidária não é uma disciplina, tem que perpassar todas.

José Selvino (PR): Marco Jurídico:

- ❖ Socializar discussão do GT, as leis não devem ser implantadas sem serem socializadas;
- ❖ O Estatuto da Economia Solidária deve contemplar todas as leis criadas;
- ❖ Mobilização política para que sejam aprovadas as leis, estados devem fazer articulações políticas.

Nelsa (Cooperativa Univens RS): Mapeamento:

- ❖ Vamos constatar a informalidade da Economia solidária, por isso precisamos estar no debate do cooperativismo do trabalho;
- ❖ Fazer neste momento grande marca da Economia Solidária, ver relações com deputados federais para aprovar o que é importante, percebemos que sempre deve haver empreendimentos nos GT's.

Nelsa (Cooperativa Univens RS) – Formação:

- ❖ É parte da nossa vida, não é só fazer um curso separado, precisa estar ligada na nossa vida, princípios, valores, construir este homem e mulher novo que acreditamos.

Ademar (Cáritas Brasileira): Marco Jurídico:

- ❖ Relembrar carta de princípios e plataforma, reconhecer setor da Economia Solidária como ator social que possa falar e ter espaço na medida que representa 50% dos trabalhadores, (para poder fazer a confrontação com a proposta capitalista, daí entendemos porque em novembro falávamos da importância da conferência, estabelecer o estatuto. Tem as conquistas que vão se somando para isso Não perder de vista a experiência e as conquistas, O Rio Grande do Norte está com um projeto de legislação, não partir como se estivéssemos inventando a roda, aproveitar o que o movimento já fez. Pode ir mais rápido porque o movimento quer, como a questão dos fundos para o projeto de finanças solidárias;
- ❖ Desafio para amanhã, estamos acumulando eventos, trabalhar com GT é importante e está desconectando com a coordenação do fórum;
- ❖ Fazer indicações para o GT de formação e de comercialização.

João Roberto (Ibase): Fundos:

- ❖ Avançou na proposta estratégica, mas como entra dentro do debate do GT Finanças para que não seja secundário, é questão estratégica, veio da coordenação nacional.

João Roberto (Ibase): Formação:

- ❖ Quanto à necessidade de empreendimentos estarem nos GT's, está faltando formação em política pública para os companheiros, fazer repasse em reuniões dos estados não é nada, como incorporar as

discussões na cabeça do pessoal que esta nas bases no sentido de apostar que os empreendimentos são atores políticos, como fazer a formação?

Benedito (Rede de Itcp's): Informação:

- ❖ Proninc, 40 universidades, 200 mil reais para ajudar a pensar no surgimento de cooperativas populares solidárias: espaço de mercado, formação, marketing, boa parte tem estes planos, digo para os empreendimentos se as universidades tem planos para questões emergências devem ser procuradas, embora o Proninc tenha endereço certo, procurar as universidades, procurem, pois não é um programa barato. A Senaes tem endereços dos responsáveis pelas incubadoras.

Marcos Arruda (Pacs): Marco Jurídico:

- ❖ Faço autocrítica, pois nosso companheiro atrasou na comunicação, mas o GT marco jurídico do Rio tem este material, posso enviar para a Secretaria;
- ❖ O Pacs tem experiência acumulada para ajudar fazer plano para passar as legislações que nos interessa;
- ❖ Transformar quem é informal dentro de uma nova política de formalidade, não a velha, criar um novo marco jurídico. É deficiência nossa os representantes do GT's não estarem aqui presente;
- ❖ O que fazer para dar sentido ao marco jurídico?

Valmor (Senaes):

- ❖ Estamos aprofundando a plataforma, não estamos fazendo encaminhamentos no debate;
- ❖ A construção do espaço político que vai articular todas as questões é a Conferencia;
- ❖ No caso do GT do marco jurídico os companheiros são orgânicos do movimento da Economia Solidária apesar de não serem da coordenação, então precisamos ter um processo mais articulado.

Domingos (Rurart DF): Marco Jurídico:

- ❖ Não e dada a devida importância;
- ❖ Tem varias questões que vão mexer no sentido de nos colocar na condição de existência na sociedade;
- ❖ Colocar no dia nacional.

Manoel Conceição (Centru MA):

- ❖ QUANDO PENSAMOS NO OUTRO PAIS, ele tem que ter suas dimensões e suas normas, e quando se fala no trabalho de Economia Solidária onde passo a ser sujeito desta proposta, quanto mais avança este trabalho de construção desta economia, como palpar no papel esta figura da Economia Solidária? Quando falamos do universo vemos planeta, estrelas, vemos acontecer. Algo palpável de uma proposta jurídica materializada cheia de energia.

Dia 27:

O. Sustentabilidade e Organicidade dos Fóruns - Nacional, Estaduais e Regionais - em termos organizacionais e financeiros:

O.1. Debate:

- ❖ Entidades contribuam com 100 reais para Secretaria Executiva - proposta Eunice;
- ❖ Entidades buscarem projetos de formas diferentes, ex: junto ao Sebrae, sistema S, para ter recursos regulares para funcionamento da Secretaria Executiva do FBES;
- ❖ Discutir o papel do COIN;
- ❖ Redesenhar os papeis;
- ❖ Relação com a Senaes;
- ❖ Como fortalecer o protagonismo nos fóruns estaduais;
- ❖ Coordenação itinerante para fomentar nas regiões;
- ❖ Os estados devem colocar a pauta nacional;
- ❖ Os estados devem avaliar a representação nacional;
- ❖ Falta organicidade nos estados, sem discussões, cabeça sem corpo

- ❖ Marcos Arruda - PACS - ponto principal - Afirmar necessidade de FBES ter agenda própria e não ficar a reboque da Senaes. A Senaes tem tempo limitado e está empurrando agenda para nós. Lançar os elementos para em abril a coordenação formular as linhas de ação de 2005 para jogar de volta para os estados;
- ❖ Fortalecer os fóruns estaduais reforça o Fórum Nacional;
- ❖ A questão financeira é o problema de muitos estados;
- ❖ Como interiorizar os Fóruns?
- ❖ A questão da sustentabilidade é um desafio que está posto. Das entidades de apoio nacionais e regionais quem poderia colocar uma estrutura mínima que está dentro do projeto;
- ❖ Os fóruns que tem mais experiência de vida estão se sustentando com as entidades;
- ❖ Devemos fazer projeto de negociação primeiro com a Senaes.

O.2.Projetos:

- ❖ Primeiro elaborar um projeto para ser apresentado a Senaes dentro dos critérios articulados com as organizações que estão fazendo mobilizações nos seus estados;
- ❖ Encontro das Assessorias - discutir se as assessorias em Economia solidária têm condições de assumirem a sustentabilidade dos estados

Paulo - MG - Vivemos uma situação muito difícil. Fundamental Secretaria Executiva dos estados para sobrevivência dos Fóruns. Para articular e motivar precisa ter dinheiro. Estamos gastando dinheiro do nosso bolso, e tendo que parar de trabalhar.

O.3.Síntese debate sustentabilidade dos Fóruns:

- 1) Que as Entidades Nacionais do FBES contribuam com um valor mínimo mensal para Secretaria Executiva - proposta Eunice;
- 2) Discutir o papel do COIN, redesenhar papéis das instancias do FBES;
- 3) Papel das assessorias nos Fóruns Estaduais?
- 4) Relação com a Senaes;
- 5) Relação do FBES com a Senaes: disciplinar mais a pauta com a Senaes, poderia ser 50% - Senaes, 50% FBES, para aprofundar nossas pautas;
- 6) Fazer Encontros Regionais - incluir no Projeto que Secretaria Executiva vai elaborar;
- 7) Buscar agenda política com outros movimentos sociais;
- 8) Afirmar necessidade de FBES ter agenda própria e não ficar a reboque da Senaes;
- 9) Secretaria Executiva dos estados são fundamentais para sobrevivência dos Fóruns; Projeto primeiro com a Senaes, dentro dos critérios articulados com as organizações que estão fazendo mobilizações nos seus estados;
- 10) Encontro das Assessorias - discutir se têm condições de assumirem a sustentabilidade dos estados;
- 11) É possível mobilizar a Economia Solidária no país para o marco legal? Depende da coordenação nacional;
- 12) Tempo de representação nacional foi discutido - 2 anos renovando para 2/3;
- 13) Avaliar a resposta do FBES aos estados - PROPOSTA: O que o FBES pode fazer para acompanhar mais próximo os Fóruns Estaduais
- 14) Formar grupos por regionais ligados a coordenação nacional para acompanhamento dos estados;
- 15) Buscar apoio junto a Senaes para estruturação dos fóruns estaduais, reunião das assessorias já pensar captação de recursos independente da Senaes;
- 16) Conferencia remete ao problema da dependência da Senaes, ao Conselho Nacional. O fato que vai começar um processo de preparação de conferencia pelo menos no segundo semestre. Fortalecer os Fóruns a partir daí;
- 17) Prioridades em Políticas Públicas precisa ser discutido a partir da amanhã, trabalhar em cima de questões concretas;
- 18) Fazer nos estados uma pauta de discussões dentro do que aqui está colocado, as prioridades;
- 19) Fazer distinção entre Fóruns regionais e locais;
- 20) Focar a questão da autonomia dos empreendimentos, projeto para sistema "S" passa pela formação, empreendimento precisa se preparar melhor;
- 21) Somar acúmulos das assessorias e universidades, não estão explícitos dentro do movimento;

- 22) Tem regiões que têm entidades que atuam junto, mas empreendimentos precisam vir para dentro dos Fóruns;
- 23) Empreendimentos além de sonhar têm a sobrevivência o que difere dos demais segmentos, cria um duelo entre o imediatismo dos empreendimentos e a articulação do sonho e das questões mais longas. Após reuniões nacionais o que levar de concreto para os empreendimentos, isto falta. Dizemos que está tudo sendo discutido, então o que desmobiliza é não ter algo mais claro para levar aos empreendimentos que precisam sobreviver;
- 24) As assessorias devem colocar na sua pauta os eventos tirados aqui e recursos para apoios locais e estaduais;
- 25) Trabalhar na discussão do papel das assessorias, para fazer projetos articulados de assessoria, propostos para diferentes organizações;
- 26) GT de Relações Internacionais - mapear as instituições internacionais e onde tem condição de colocar projetos;
- 27) Dia nacional de ES também dia de coleta entre os empreendimentos, mesmo que simbólico;
- 28) Articulações com órgãos públicos - projetos para sustentabilidade, oferecendo propostas. Secretaria Executiva pode ter papel de apoio desde que haja iniciativas dos estados;
- 29) Existem vários fundos, mais concentrados no sul sudeste, localiza-los;
- 30) Acordo com a Senaes para fecharmos a agenda e negociar;
- 31) Definir pequeno grupo para negociar nossa agenda com a Senaes;
- 32) As entidades nacionais do FBES juntas elaborarem projetos com propostas de cursos para formação de agentes do Sebrae e do Sistema "S" em Economia Solidária, para buscar recursos. Conflito: não buscar recursos do SEBRAE, precisa aprofundar, ir em outra direção de recursos não governamentais;
- 33) Quem vai se encarregar de fazer os projetos? GT RI pode colaborar;
- 34) Todos GT's, especificamente os de políticas públicas e de produção, comercialização e consumo devem definir suas metas para 2005, de modo a atingir resultados e avanços concretos para os empreendimentos;
- 35) Alternativas de contestação aos grupos que exploram os trabalhadores desde sempre. Nossa produção continua sendo marginal e de fundo de quintal. Quais as soluções?
- 36) GT's não podem ser campo de disputa política. Para construir o movimento de Economia Solidária precisamos de assessoria, não pode ser da forma que está se configurando. Movimento precisa estar a serviço dos empreendimentos e conduzido pelos mesmos. Rever metodologia para dar respostas.

P. Dialogo com a Senaes:

A Senaes ainda não sabe se vai trabalhar por projetos ou editais. Orçamento está chegando para o Ministério, na Senaes vai demorar por volta de duas semanas. A proposta é definir a agenda conjuntamente.

Marcos Arruda – Esta tudo em suspenso aguardando o orçamento?

Fabio Senaes – Grande parte das ações é uma continuidade para o que estávamos fazendo até agora. A maneira de operar ainda está em suspenso.

Marcos Arruda: Podemos esperar alguma melhora no retorno dos projetos? E os entraves burocráticos?

Fabio Senaes: É nossa expectativa. Queremos trabalhar pelas linhas, queremos encontrar os mecanismos para operar de forma mais rápida possível.

Marcos Arruda: Temos possibilidade de participar da definição de critérios para projetos e iniciativas de Economia Solidária? Discutir com os números na mão, para contribuir com uma melhora nesta definição.

Fabio Senaes – Podemos retornar para os Fóruns Estaduais os projetos apoiados daquele estado, para que possam articular as diferentes experiências.

Marcos Arruda – Mas não é suficiente, o FBES quer contribuir na distribuição destes projetos.

Nelsa – Já que a Senaes não está com os critérios definidos, podemos contribuir.

Marcos – Senaes tem critérios faltam divulgar.

Fabio Senaes – A nossa expectativa era debruçar sobre a proposta das linhas de ação.

Jose Inácio – Mais importante é estabelecer dialogo sobre que projetos vão ser priorizados nos estados. A Senaes pode até aprovar os que ela achar que seja conveniente já nos projetos que foram priorizados pelos estados.

Ademar – O que estava assegurado por parte da Senaes eram os eventos nacionais. Definimos um conjunto de GT's que devem estar assegurados. No ano passado teve um conjunto de eventos que falamos com os GT's entendemos que é parte de uma política proposta no primeiro dia. Um segundo pedaço – tendo recursos – levar em conta critérios, sendo que o primeiro critério é a prioridade dos estados para os projetos.

Benedito – Temos que rever as propostas que a Senaes se referiu e o nosso documento síntese, foi exatamente criar mecanismos para que nossas ações fossem partilhadas. Tentar implementar o que está nos documentos. A questões dos Fóruns, dos GT's e dos recursos. Vamos complementar a proposta apresentada pela Senaes.

Sandra – Questão de esclarecimento: o valor para as secretarias executivas dos Fóruns Estaduais está garantido? Como ficou isso, já tem alguma coisa?

Fábio Senaes – De fato a idéia era 30.000 para a articulação do Fórum, alguns fizeram outros não.

Resposta: ninguém recebeu. Somente para os encontros estaduais receberam.

Fábio Senaes – Como vai ser o apoio. Devemos aprofundar os documentos para apontar os critérios. Como a gente fecha a agenda, como vamos fazer o dialogo para o fortalecimento dos fóruns estaduais e do FBES?

Eunice - A discussão da agenda ficará por conta de uma comissão que vai encaminhar.

João Roberto – Discussão dos critérios, projeto por projeto, ou linhas, o que justificaria ainda numa perspectiva fragmentada, pulverizada. Devera ser por linhas estratégicas. Fico em duvida por que ainda o critério projeto por projeto.

Nicolau – Sobre os 370 milhões do MDS, não se tem nada para os empreendimentos. Não se tem nada de concreto, negociado?

Eunice – O Professor fez uma prestação de contas preliminar. Fizemos indicativo de projetos, como o PRONAF, Secretaria das Mulheres. Ter parâmetros públicos, que são critérios. No FBES não foi aprofundado. A Senaes ficou de avaliar isso.

Fábio – Antes estávamos numa fase de experimentação dos projetos. Os projetos apontam coisas que as linhas não apontam. Talvez uma parte fazer por linhas, outra por projetos. Para não perdemos a riqueza dos projetos. A discussão do orçamento, sobre os 29 milhões, contingenciamento em 17 milhões. O GT está acompanhando o recurso dos 370 milhões, estão pensando um programa de desenvolvimento solidário.

Ademar: A visibilidade política depende da ação da Senaes.

Fabio – sobre o 370 milhões a Senaes não tem braço. O orçamento da secretaria para esse ano é 13 milhões. Não sabemos quando vai se contingenciado. Apresentamos um pouco as linhas no documento sobre as ações de 2005. Como vamos cruzar a ação do movimento para a Senaes? Temos que construir qual vai ser a ação da Senaes.

Nelsa - Que a Senaes leve em conta os critérios que o FBES vai estabelecer.

Lenivaldo - Na ponta os empreendimentos estão colocando que não está chegando. Qual é a estratégia. Discutimos o PRONADES. Tem o recurso do MDS, 370 milhões. Senaes: discutir o fundo para o Conselho Nacional. Partir de um rumo. Tem que afunilar.

Benedito - Discutir os dois documentos para depois montar uma proposta antes da coordenação nacional.

Ademar - Não poderemos esperar abril. Tem elementos de ordem política. Sugestão de antes de abril, uns dos GT's faça o dialogo com a Senaes. Antes da reunião da coordenação nacional.

Q. Avaliação parcial FSM parcial, será aprofundada em abril/2005:

José Inácio (Camp RS): Quais foram os objetivos da Economia Solidária no FSM. Referencia: conseguir o máximo de protagonismo dos trabalhadores. Também os trabalhadores fossem participar dos debates. Ampliar a visibilidade da Economia Solidária. Alguns elementos:

- ❖ Conseguiu-se demarcar as ações;
- ❖ Não conseguimos demarcar as ações que tínhamos definido anteriormente;
- ❖ A Economia Solidária aceitou o desafio, e teve um resultado satisfatório. Tem um saldo de aprendizado político. Cada setor teve ações diferenciadas, devido à capacidade de articulação entre eles;
- ❖ Assumir tudo isso foi positivo;
- ❖ A Economia Solidária conseguiu visibilidade maior na mídia como um todo;
- ❖ Aprendizado em campanhas e protestos; como o espaço de fazer estes protestos;
- ❖ Para a maioria dos trabalhadores, tiveram um resultado econômico positivo. Mas também mostrar a fragilidade que a Economia Solidária tem;
- ❖ Nos coloca o desafio de articulação política. Não misturarmos informalidade. Temos uma avaliação mais criteriosa;
- ❖ Praticas implica em posicionamento ético;
- ❖ No dia 19 de março haverá uma avaliação geral do FSM;
- ❖ Precisamos da avaliação dos empreendimentos;
- ❖ Foi uma feira loteada, mas uma construção de meses.

R. Informes sobre a FEIRA na FRANÇA:

Ademar (Cáritas Brasileira): O GT de Relações Internacionais discutiu com o Cláudio Nascimento e Beatriz a proposta, há possibilidade de dez pessoas poder participar da Feira e de um intercambio. Valorizamos o aspecto de intercambio. O Ary, Romeu e Rose para dia 19/03 discutir os encaminhamentos para a Feira.

Romeu (Rede de Gestores) – É uma oportunidade. A França tem grande experiência na Economia Solidária. A Rede de gestores Francesa tem grande interesse em estabelecer cooperação política e em termos de projetos. É uma oportunidade de intercambio.

Ary (RJ) - Tem dez passagens da prefeitura de Saint-Denis para os empreendimentos participarem na Feira. Temos que construir critérios para mandar os empreendimentos.

Edna (AC) - Sugestão: dois empreendimentos por grande região.

Miguel (Consol) - tem que ser interlocutores de todo os empreendimentos.

Nelsa (RS) - Não foi encaminhado na ultima reunião da coordenação. Tem que se programar teríamos que definir antes de abril.

Miguel (consol) - Tem que discutir no GT de comercialização, já encaminhando, e retornar para os Estados. Os Estados têm que começar a socializar as informações. O GT de comercialização decide os critérios. A luz do que foi proposto. Não se pode repetir segmentos. Segmentos complementares.

Ademar (Cáritas Brasileira) - Levar em conta os segmentos mais significativos. O importante é apresentar o movimento da economia solidária.

Eunice (ADS/CUT) – O GT de comercialização e o GT de Relações Internacionais devem definir juntos. Fazer uma proposta para a estruturação do FBES na FRANÇA.

Gaiger (Unitrabalho) - Ter um interlocutor na França para ajudar os empreendimentos.

Paulo (MG) - Juntar secretaria executiva GTRI, e GT de comercialização para criar os critérios.

R.1.Critérios definidos para levar na reunião dos dias 16/17/03 (Ver com SENAES):

- ❖ O grupo devera negociar projetos para o FBES;
- ❖ Os nomes devem ser tirados por região (dois por região, desde que não haja coincidência de segmentos);
- ❖ Representação regional;
- ❖ Principais cadeias apresentadas no encontro nacional;
- ❖ Diversidade dos segmentos.